



**Artigo a ser submetido a REVISTA PRÁXIS e-ISSN 2178-2679**

**REVISANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE SAÚDE DA MULHER NEGRA**

**REVIEWING SCIENTIFIC PRODUCTION ON BLACK WOMEN'S HEALTH**

**REVISIÓN DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE LA SALUD DE LAS MUJERES  
NEGRAS**

***Soraya Mendes R. Adorno***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

***Ana Angélica Leal Barbosa***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

***Alba Benemérita Alves Vilela***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** Este estudo teve por objetivo realizar revisão sistemática da literatura em língua portuguesa sobre o tema da saúde da mulher negra. Delimitamos como espaço temporal as produções publicadas no intervalo entre os anos de 2010 e 2020. A busca se deu através da plataforma do Google Acadêmico que abriga bases de dados como SciELO Lilacs, além de localizar trabalhos científicos, como teses, dissertações, artigos, relatórios e outras publicações para pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Nossa busca teve como descritores: 1. “Política de saúde da mulher negra”, 2. “Saúde da mulher negra” com o intuito de relacionar cuidado, saúde da mulher negra e racismo institucional. Essa busca nos levou a selecionar as produções científicas a partir de critérios de inclusão e exclusão para a continuidade da análise, como; país de origem e de realização do estudo, ano de desenvolvimento da pesquisa e publicação, idioma e título que refletisse a pertinência do estudo aos objetivos dessa revisão sistemática. Os estudos analisados revelaram a vulnerabilidade de ser mulher em uma sociedade de classes e machista, principalmente quando essa mulher é negra. É premente se pensar políticas públicas inclusivas dentro de uma perspectiva transversal de gênero, que efetivamente compreenda os efeitos desiguais gerados na vida das mulheres negras em um país cercado de abismos econômicos e sociais.

**Palavras chave:** Saúde da mulher negra; Políticas de saúde; Racismo Institucional.

**Abstract:** This study aimed to conduct a systematic review of the literature in Portuguese on the topic of black women's health in general and also on the relationship between ethnicity, gender and Covid-19. We delimit as a temporal space the productions published in the interval between the years 2010 and 2020. The search took place through the Google Scholar platform that harbors databases such as SciELO Lilacs, in addition to locating scientific works, such as theses, dissertations, articles, reports and others publications for researchers from the most varied areas of knowledge. Our search had a descriptor “Health policy for black women” in order to relate care, health of black women and institutional racism. This search led us to select scientific productions based on inclusion and exclusion standards for the continuity of the analysis, such as; country of origin and performance of the study, year of development of the research and publication, language and title that reflected the relevance of the study to the objectives of this systematic review. The analyzed studies revealed the

vulnerability of being a woman in a class and sexist society, especially when this woman is black and when that society is experiencing a process of social isolation. It is imperative to think about inclusive public policies from a cross-gender perspective, which effectively understands the unequal effects generated in the lives of women in a pandemic situation that produces more inequalities in the lives of women, accentuating those already present before the health crisis.

**Keywords:** Black women's health; Health policies; Institutional Racism.

**Resumen:** Este estudio tuvo como objetivo realizar una revisión sistemática de la literatura en portugués sobre el tema de la salud de la mujer negra. Delimitamos como espacio temporal las producciones publicadas en el período comprendido entre los años 2010 y 2020. La búsqueda se realizó a través de la plataforma Google Scholar que alberga bases de datos como SciELO Lilacs, además de localizar trabajos científicos, como tesis, disertaciones, artículos, informes y otras publicaciones para investigadores de las más variadas áreas del conocimiento. Nuestra búsqueda tuvo como descriptores: 1. “Política de salud para la mujer negra”, 2. “Salud para la mujer negra” con el fin de relacionar la atención, la salud de la mujer negra y el racismo institucional. Esta búsqueda nos llevó a seleccionar producciones científicas en base a criterios de inclusión y exclusión para la continuidad del análisis, tales como; país de origen y realización del estudio, año de desarrollo de la investigación y publicación, idioma y título que reflejó la relevancia del estudio para los objetivos de esta revisión sistemática. Los estudios analizados revelaron la vulnerabilidad de ser mujer en una sociedad de clases y sexista, especialmente cuando esta mujer es negra. Es urgente pensar en políticas públicas inclusivas desde una perspectiva de género cruzado, que entienda efectivamente los efectos desiguales que se generan en la vida de las mujeres negras en un país rodeado de brechas económicas y sociales.

**Palabras clave:** Salud de la mujer negra; Políticas de salud; Racismo institucional.

## **Introdução**

A história da Política de Saúde no Brasil sempre foi cercada por lutas e peculiaridades próprias, inclusive nas discussões para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988. O Brasil é uma sociedade marcada pela herança colonialista, de base escravista e de economia dependente. Qualquer estudo que pretenda se debruçar sobre a conformação da política de saúde no Brasil precisa levar em consideração esses fatores históricos, sociopolíticos e culturais que influenciaram e continuam influenciando os caminhos e a estrutura do sistema de saúde brasileiro.

Atualmente, grandes ameaças de retrocessos às conquistas alcançadas ao longo dos anos retomam o importante debate do movimento histórico que trouxe o país até o ponto em que se encontra atualmente, onde o compromisso e a defesa de um sistema de saúde público, universal, equânime e de qualidade foi proposto ao

menos “no papel”. Embora o modelo de sistema de saúde brasileiro seja referência mundial, não se deve esquecer que foi resultado de lutas dos movimentos sociais, bem como de trabalhadoras e trabalhadores das diversas áreas da saúde.

O Estado só passou a intervir mais significativamente na saúde a partir de 1930, através da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. De acordo com Bravo (2006), a saúde, naquele momento, estava organizada em duas linhas de atuação: 1) a saúde pública e 2) a medicina previdenciária. A saúde pública estava voltada basicamente para campanhas sanitárias de combate a doenças endêmicas, coordenadas pelo Departamento Nacional de Saúde, criado em 1937; enquanto que a medicina previdenciária estava ligada aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

Na atual conjuntura de crise política, vivemos uma nova fase de ataque aos direitos conquistados historicamente, dentre eles, o direito à saúde gratuita, universal e de qualidade, por meio do gradual processo de desinvestimento no setor por parte do Estado.

Em 2016 foi aprovada, durante o então governo de Michel Temer, uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Os impactos na Política de Saúde que tal proposta trará ao longo desses vinte anos são apresentados por Rossi e Dweck (2016, p. 4) ao ressaltarem que

[...] a PEC 55 torna impossível qualquer melhora na saúde e educação públicas no Brasil, pelo contrário, abre-se espaço para o sucateamento dessas áreas e para a eliminação de seu caráter universal.

Importante termos conhecimento do quanto precisamos ainda avançar. Sobretudo, porque nossa herança de uma política historicamente excludente, fragmentada e condicionada, aliada às atuais investidas da política neoliberal, que ameaça os direitos sociais – reflete-se nos obstáculos encontrados hoje para a implementação do SUS conforme previsto na Constituição Federal, nas dificuldades para fazer acontecer seus princípios e diretrizes e oferece empecilhos para a realização plena desta conquista. No entanto, não podemos perder de vista a história de resistência que a política de saúde tem no Brasil e o quanto de luta tem impresso no SUS de hoje. Aos defensores do SUS e da saúde enquanto direito de todo cidadão e

dever do Estado, aos defensores da saúde como uma política integral que atenda às reais necessidades dos usuários, para além das demandas que chegam aos serviços de saúde, cabe continuar a luta iniciada pelos atores protagonistas, por exemplo, do Movimento de Reforma Sanitária. Vale ressaltar que muito avançou-se até aqui. O SUS hoje não é mais uma possibilidade, mas uma realidade concreta, uma realidade que está sendo construída gradativamente e que precisa constantemente ser reafirmada.

A partir do acima exposto percebemos a premência de se fazer uma revisão sistemática da literatura em língua portuguesa sobre o tema da saúde da mulher negra relacionando saúde com etnia, gênero e racismo institucional e estrutural. Delimitamos como espaço temporal das publicações o intervalo entre 2010 e 2020. A busca se deu através da plataforma do Google Acadêmico, ferramenta do Google que localiza trabalhos científicos, como teses, dissertações, artigos e outras publicações úteis para pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Trata-se de uma base de dados integrada com várias bibliotecas universitárias *on line* e gratuitas, reunindo todas as fontes de pesquisa em um só lugar.

Nossa busca teve como descritor: “Política de saúde da mulher negra”. A busca ativa do descritor na base de dados da plataforma do Google Acadêmico se deu entre os dias 05 e 06 de julho e os dias 25 e 26 de agosto do corrente ano. Nesta primeira parte - a localização das referências - colhemos 7.530 produções científicas. Após a localização das referências procedemos a seleção das mesmas, tendo como principais critérios de inclusão e exclusão terem sido publicadas em língua portuguesa e que discutissem a saúde de mulheres negras sob qualquer viés, especialmente que abordassem o racismo – institucional e estrutural, o que pôde ser detectado a partir da leitura dos títulos. Nessa primeira seleção, chegamos a um total de 76 produções que, após a leitura dos resumos (quando era o caso) e/ou da introdução de cada uma delas, verificando se atendiam ao período delimitado (últimos dez anos), esse quantitativo foi reduzido para 26 publicações que foram selecionadas e analisadas. Tanto na localização quanto na seleção das referências, aceitamos para análise: artigos, teses e dissertações. Quanto ao lócus das pesquisas limitamos as que tivessem como universo o Brasil e sujeitos brasileiros.

Desta forma, passamos a apresentar a análise das 26 produções científicas que selecionamos.

## Saúde da Mulher Negra

Objetivando mostrar as pesquisas brasileiras que discutem a saúde da mulher negra a partir de várias perspectivas apresentamos a discussão referente às 26 produções científicas selecionadas, sendo a grande maioria artigos (Tabela 1) publicados em revistas científicas das áreas de saúde e economia/estatística.

### Quadro 1: Quantitativo das produções científicas por categoria

Categoria da Publicação	Quantidade
Artigo	21
Dissertação	04
Relatório	01

Fonte: Arquivos da Pesquisa.

Partindo da teoria racial crítica e na busca de informações baseadas em evidências científicas e culturalmente competente, Cruz (2003) apresentou dados que corroboram a hipótese de escassez na literatura de temas que abordem a sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra. Com isso, postula-se que o racismo e o sexismo operantes por meio da omissão ou negligência do Estado devam ser combatidos, principalmente, por meio de ações afirmativas em relação à mulher negra, explicitando a discriminação institucional para se alcançar a promoção da equidade em saúde.

Já Costa (2020) em artigo publicado, discute como as iniquidades em saúde apresentam impasses, lacunas e desafios para implantação da Política Nacional de Saúde da População Negra e que o SUS precisa promover reflexões como formas de implementar políticas para grupos sociais específicos em condição de iniquidade.

E pesquisadora negra Jurema Werneck (2016) destaca que a saúde da mulher negra não se tornou um campo relevante nas Ciências da Saúde, devido a inexpressiva produção de conhecimento científico nessa área. Junto a isso soma-se o fato de o tema não participar da maioria dos currículos de cursos de graduação e pós-graduação em saúde, salvo raríssimas exceções. Informações sobre esse tema não devem ser

ignoradas por pesquisadoras e pesquisadores para que o processo de formulação e sistematização de pesquisas e gestão de políticas públicas adequadas desse campo de atuação tenha o foco necessário na natureza das demandas dos movimentos sociais organizados, visando atender as necessidades de saúde das mulheres negras brasileiras.

Discorrendo sobre o aparato legal existente na Política Nacional de Saúde para a Mulher Negra e dispondo de dados e documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alcântara, Viegas e Varga (2016) examinaram serviços básicos de saúde prestados às mulheres negras precisamente no povoado de Castelo-ES, buscando por programas e projetos voltados para mulheres negras oferecidos por tal município. Foi verificado que apesar de existir um certo atendimento específico voltado para o público de mulheres negras ali, o aparato legal, reconhecido e citado pela SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde) em seu Plano de Saúde atual, não têm sido suficientes para que esse segmento social tenha reconhecidamente suas peculiaridades atendidas. Não existiam ações planejadas considerando as características raciais e étnicas das mulheres daquela comunidade.

Santos (2019) analisou a presença e a ação política de organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil, identificando as que tem objetivo e foco na luta de mulheres negras no nosso país, discutindo os aspectos tanto políticos quanto governamentais desses grupos de ONGs dentro do Brasil. Em termo cunhado pela autora, perspectiva racial de gênero das ONGs de mulheres negras, ela analisou as condições de opressões vivenciadas por este grupo dentro de suas próprias organizações.

Pesquisando a saúde pública no Maranhão, Varga (2007) nos traz importante contribuição ao relatar a importância que debates sobre as políticas de promoção da igualdade racial, atualmente em curso e a necessidade de fortalecer tais discussões nos Conselhos de Saúde a exemplo do que ocorre em reuniões do Conselho Estadual de Saúde do Maranhão. Ademais, o autor demonstra a relevância do oferecimento a comunidade acadêmica de duas turmas em cursos de Especialização em Saúde da Mulher Negra (360h) e de Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão, que trazem discussões acerca das políticas de promoção da igualdade racial.

Maio e Monteiro (2005) descrevem a emergência de uma proposta de política compensatória dentro de um campo de reflexão e intervenção política denominado “Saúde da População Negra”, no período entre 1996 e 2004. Após a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância o debate adquiriu maior visibilidade e temas acerca de raça e saúde, sobretudo provenientes da literatura biomédica norte-americana embasaram essa discussão por agências e agentes comprometidos com a formulação de uma “política racial” e antirracista no âmbito da saúde pública no Brasil.

Com o propósito de analisar a violência racial e de gênero da comunidade composta por remanescentes quilombolas no Estado de Alagoas frente a incidência de IST/Aids em mulheres do lugar, foi a proposta do artigo de Riscado (2010) e colaboradores. O exame dos depoimentos revelou o padecimento de violência doméstica vivenciado em níveis acentuados naquela comunidade quilombola. Alto grau de infecção por IST/Aids além de vivências com preconceitos raciais em todos os ambientes, desde o interior de escolas até em festas, evidenciado com expressões de subestimação e humilhação partindo dos agressores. Devido à ausência de políticas de saúde mais efetivas e de um trabalho educativo com o objetivo de reduzir as condições precárias de vida dessas mulheres nessas comunidades, os autores concluem que uma intervenção efetiva e contínua do Estado deve ser radicalmente adotada visando a equidade racial e de gênero e à saúde das mulheres quilombolas.

Batista e colaboradores (2013) descreveram em seu artigo o ciclo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra na Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP) nos anos de 2003 a 2010. Após ser demonstrada por meio de dados epidemiológicos, as desigualdades raciais e seu impacto na saúde, a SES-SP decidiu formular e implementar uma política especial voltada para à saúde da população negra como forma de solução, trazendo para dentro do debate o próprio Plano Estadual de Saúde, Planos Operativos Anuais, Termos de Compromisso e Relatório de Gestão. Diversas estratégias, desafios e erros cometidos acabaram por sugerir caminhos que os gestores pudessem seguir a bem do interesse em propor ações para redução das iniquidades raciais em saúde e que tais ações tivessem subsídios para tal.

Visando revelar que o processo de implantação da Política Integral de Saúde da População Negra do Estado de Sergipe foi construído numa perspectiva de totalidade e que os aspectos sociais, políticos e econômicos interferem na organização, na formulação e implantação de uma política desse tipo, Correia (2015) realizou pesquisa de mestrado. Sua pesquisa concluiu que o conselho de saúde é um espaço de exercício da democracia, que as vivências dos conselheiros, por serem “atores conhecedores da causa social” devem ser levadas em consideração para que, junto à militância e à prática profissional, construam o saber que os habilite à participação. Comitês de representatividade são espaços extremamente requisitados e úteis para proposição e fortalecimento de políticas sociais, sobretudo para populações desfavorecidas socialmente. Infelizmente a autora aponta para um esvaziamento sistemático desses espaços por conta de movimentações políticas que, segundo a mesma, ainda é preciso tomar as ruas e praças para que não seja apenas uma questão de negros.

Maher (2005) também em dissertação de mestrado faz excelente análise ao interpretar que as profundas transformações vivenciadas pela sociedade brasileira após o regime civil-militar trouxeram projeção aos movimentos sociais. Nesse sentido, a pesquisadora coloca como a ação de grupos envolvidos em políticas que tratavam a igualdade racial pelo meio político tentando reverter desigualdades acumuladas a séculos ganharam força. Destaque especial é dado as mulheres negras que se ocuparam das articulações políticas e negociações de conflitos em que se atribuem a categoria “raça” aos confrontos. Maher (2005) afirma que longe de ser uma categoria, o termo “raça” presta-se a construção de múltiplos discursos, passando a ter um papel decisivo para a militância e em pesquisas nesse campo.

Em artigo de 2005, Fry partiu de análise feita pelo antropólogo Melbourne Tapper, do programa de combate à Anemia Falciforme nos Estados Unidos, da década de 1970, nos eventos que sucederam vitórias dos negros na luta pelos direitos civis, demonstrou que uma das consequências dessa política foi a criação de uma comunidade negra cidadã e responsável. No Brasil, o Programa de Anemia Falciforme foi desenvolvido a partir dos anos 90 do século passado com a intensa participação de uma comunidade negra responsável e engajada na defesa de suas próprias pautas. Para Fry (2005), a anemia falciforme tornou-se muito mais do que uma doença

erradicada, mas um lamentável elemento no processo de naturalização da “raça negra”, dentro de um país com raízes declaradamente híbridas, tanto biológica como culturalmente se falando.

Santos (2016) discutiu alguns fatores determinantes da vulnerabilidade das mulheres negras ao HIV/Aids. Analisando os dados socioeconômicos, de incidência e mortalidade por Aids e da mortalidade por outras patologias em seu estudo, observou que o quadro epidemiológico manifesta apenas ressaltado das consequências já conhecidas das iniquidades em saúde da população negra e, em particular, das mulheres desse segmento populacional. Inevitavelmente, quando se compara com dados de mulheres brancas, as negras apresentam, repetidamente, maior risco de adoecimento e morte. Segundo a autora, a violência sexual e doméstica reforça as discrepâncias e a maior vulnerabilidade social da mulher negra, sendo as desigualdades socioeconômicas e o racismo institucional, as principais hipóteses explicativas para a alta vulnerabilidade às IST/Aids das mulheres negras. Santos (2016) aponta ainda que apenas com uma ampla gama de ações multissetoriais e de massa para o enfrentamento do racismo institucionalizado pelo Estado, será possível o fortalecimento dos movimentos sociais na longa jornada para se alcançar o princípio da equidade na saúde.

A análise documental e produção acadêmica de Almeida (2013) demonstrou que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) formulada por meio da articulação de movimentos negros com o Ministério da Saúde teve um papel central no avanço e protagonismo do movimento negro e de seus intelectuais junto a Estados, governos, sociedade e políticas públicas como um todo. Usando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e análise de entrevistas semiestruturadas a autora apontou que as mulheres negras foram os atores sociais de destaque dentro desse constructo. O combate a ideias centradas no racismo institucional, bem como a necessidade de pautar a saúde na agenda governamental, revelaram a presença de movimentos negros para que fosse institucionalizado diversos dispositivos como o Comitê Técnico de Saúde da População Negra.

Monteiro (2016) aponta que a educação permanente de profissionais da educação básica pública, seja ela, municipal ou estadual sobre o tema de saúde da população da mulher negra pode ser capaz de produzir um efeito positivo no contexto

das relações raciais e ações afirmativas no Brasil. A autora analisou as contribuições que um curso de especialização em Saúde da Mulher Negra pode trazer para os estudantes desde que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana sejam seguidas. Este curso produziu projetos de pesquisas que estavam diretamente relacionados tanto com os processos formativos de profissionais da saúde no atendimento à saúde das mulheres negras, quanto na própria educação escolar e saúde das mulheres negras. Da análise da autora se conclui preliminarmente que cursos dessa natureza produzem maior engajamento e motivação em seus estudantes para viabilizar a implementação de ações previstas na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

O trabalho de Damasco (2012) e colaboradores se preocupa em investigar como a constituição do feminismo negro no país, entre os anos de 1975 e 1993, esteve relacionado com a importância da saúde reprodutiva e as interfaces entre gênero, cor/raça e a própria saúde pública no Brasil. Os pesquisadores apontam a importância que a relação entre as militantes negras, junto aos movimentos feministas e negros, em separado, produziu uma “revolução” dentro do tema da saúde reprodutiva, com recorte racial, após denúncias de esterilização de mulheres negras em cirurgias que estavam ocorrendo e o quanto isso foi relevante na unificação de pautas e ressignificação da identidade das ativistas negras inseridas no panorama daquele momento histórico.

Alfaia (2019) em sua dissertação de mestrado, aponta que a violência contra a mulher é um fenômeno que atinge as mulheres em geral e, de forma mais incidente, no Brasil, as mulheres negras, afirmando que esse fenômeno não é tratado de forma adequada na literatura. Ao se referenciar à mulher, alvo de violência, considerando a condição de gênero e omitindo o quesito raça/etnia, entre outras produz-se menos ações eficazes para o grupo de mulheres negras coadunando com sua invisibilidade social. Afirma ser urgente e importante a feitura de trabalhos científicos que abordem a violência contra a mulher a partir do recorte racial/étnico, além de suas implicações para a Segurança Pública. A autora realizou uma revisão sistemática da literatura entre os anos de 2003 a 2017 e explanou que os registros de violência às mulheres negras não guardam nenhuma relação de proporcionalidade que justifique a ausência

de trabalhos com esse recorte. Segundo a autora, expressões como “violência de gênero” é a utilização mais comum para identificar violência contra mulheres negras o que se traduz num grave erro acadêmico, principalmente no mundo pós-moderno onde diversas políticas de ações afirmativas e combate à violência racial precisam de dados concretos para serem efetivamente implementadas. Alfaia (2019) concluiu, após realizar entrevistas com mulheres autodeclaradas negras, o quanto as condições de violência moral e psicológica, além da física, patrimonial e social é incidente nesse grupo social e como é importante que o Estado disponibilize medidas como as de Segurança Pública produziram prevenção e até reversão do atual estado.

A etnografia aliada a entrevista foi a estratégia da pesquisa realizada por Silva e Souza (2019) que revelou como o entendimento acerca da identidade, religiosidade e gênero em comunidades quilombolas é um grande passo junto a luta para conquistar a quebra de estereótipos, que são insistentemente impostos a essa população desde a época da escravidão. As autoras pontuam sobre a complexidade da questão de gênero e os preconceitos sofridos por mulheres quilombolas todos os dias, que para além de sofrerem preconceitos de gênero, ainda enfrentam preconceito de cor e de origem. Uma abordagem interseccional foi proposta pelas autoras em seu estudo com a finalidade de entender como o racismo, gênero e classe na estrutura social se interconectam.

Carneiro (2013) traz uma amostra do quanto o movimento de mulheres do Brasil conseguiu ser referência internacional em temas desse interesse. O movimento de mulheres trouxe contribuições que foram decisivas nos processos de democratização do Estado trazendo inclusive inovações em políticas públicas. A autora destaca a importância da criação dos Conselhos da Condição Feminina como promoção de igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. Ela destaca ainda a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro, onde se pôde arquitetar uma agenda específica que combateu, ao mesmo tempo, as desigualdades dentro e fora do simples conceito de gênero. Algumas dificuldades ainda devem ser superadas e conquistas alcançadas, principalmente nos quesitos empregabilidade, violência doméstica e saúde. A pesquisadora cita importante texto de Oliveira (1998), quando esta nos chama a atenção para o risco do desenvolvimento de práticas eugenistas em pesquisas com seres humanos,

convocando feministas e antirracistas para atuarem de forma combativa em fóruns que esses temas são tratados. Ela diz:

Na atualidade, bioeticistas e fóruns de bioética, majoritariamente masculinos e brancos, são os setores da sociedade que adquiriram legitimidade, no mundo, perante legisladores e governos. Movimentos sociais com tradição de luta como o feminista, o antirracista e da juventude ainda estão fora dos debates e das decisões na área de bioética. O que é preocupante, pois a bioética aborda assuntos que dizem respeito à toda a sociedade, tais como: os temas dos direitos reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto. Infertilidade e NTRc – Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas), saúde pública, sexualidade, doentes terminais, eutanásia e manipulação genética. (OLIVEIRA, 1998, p. 130).

Fry (2007) e colaboradores afirmam que nos últimos anos, temos observado um crescimento na ênfase em uma suposta relação entre a epidemia de AIDS e a população negra no Brasil. Depois de realizar uma análise na Base de Dados Nacional de HIV/AIDS no Brasil, seus estudos examinaram o contexto sociopolítico que tivesse a política pública com foco na “raça” foi definida. Argumentaram que as questões relacionadas para a qualidade dos dados, a estruturação do sistema de informação em si, além do uso e interpretação desta informação são todos elementos essenciais para compreender o processo em curso. Especificamente, os autores mostraram que os dados epidemiológicos disponíveis não são suficientes para garantir a interpretação de que existe de fato: um relacionamento direto entre a população negra e AIDS no país. Ressaltaram que a ênfase nesta suposta associação é parte de mais um processo geral de construção do campo da “Saúde da população negra” nos últimos anos e que isso está relacionado às inter-relações entre ativismo político e o Estado que vai muito além do campo da saúde.

Refletindo que o conceito de racismo institucional tem grande relevância nas demandas e disputas do movimento negro atual, principalmente frente a realidade social brasileira, López (2012) se dispôs a discutir a dificuldade em se tratar o racismo institucional pela forma difusa em que ele se distribui por todo o funcionamento das instituições, provocando, naturalmente, uma brutal desigualdade na distribuição das oportunidades e até dos benefícios para os segmentos da população quando se considera a raça. O autor aponta que apenas com políticas públicas visando o

processo de desracialização, baseadas no correto entendimento dos mecanismos e como eles operam, seria possível desconstruir esse fenômeno. Na área da saúde, em específico, faz-se urgente pesquisas com abordagens etnográficas para se elucidar a forma de operação desses mecanismos presentes no dia a dia de nossas organizações e instituições.

Varga (2016) agora em coautoria com Cardoso apresentaram as circunstâncias e impactos da construção de um texto elaborado por integrantes do chamado Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras Quilombolas e Indígena da Universidade Federal do Maranhão. Problemas identificados, principalmente, no controle da hipertensão arterial da população negra, já expôs problemas de operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Estado do Maranhão. A pesquisa teve como objetivo principal alertar as autoridades competentes para os problemas apontados e propor intervenções dentro do contexto das políticas de saúde no Estado.

Hana (2018) e suas colaboradoras descreveram em artigo científico publicado na Revista Eletrônica de Extensão, que a mulher, principalmente a negra, encontra-se em situação de vulnerabilidade nas questões econômicas, sociais, culturais e de saúde. Para elas, visando um atendimento integral a essa população, o profissional de saúde precisa estar qualificado, para orientar as mulheres a adotarem condutas preventivas e de promoção da saúde. As autoras descreveram a importância da formação do profissional de saúde para a atenção qualificada à mulher negra. O menor acesso aos serviços de saúde e a demora no diagnóstico/tratamento de determinadas afecções prevalentes nas mulheres negras, adicionados à situação de vulnerabilidade ocasionada por fatores como racismo, desigualdade de gênero e classe, precisam sensibilizar a população e os profissionais para as diferenças étnicas e seus impactos na saúde, além da formulação e execução de ações educativas que gerem mudanças e promovam práticas equitativas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o propósito de apresentar uma experiência de campo realizado numa instituição que abriga mulheres que cumprem pena em regime aberto ou semiaberto, Rodrigues (2008) executou pesquisa de caráter qualitativo que foi publicada na Revista África e Africanidades em 2008. A autora lançou luz sobre a história de vida das mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semiaberto em

instituições prisionais a fim de subsidiar seu estudo. Ela ainda evidenciou que a expressão do racismo se manifesta no sistema prisional, propondo questionamentos ainda sobre quais as repercussões no contexto familiar e social como desdobramentos do cumprimento de tais penas. Segundo Rodrigues (2008), se existisse um aprofundamento maior sobre a realidade de cada uma das mulheres que hoje estão cumprindo pena, seria possível encontrar alguns aspectos na história de vida dessas mulheres que as levaram a cometerem delitos. A vida dessas mulheres antes e depois do encarceramento ou talvez o significado do cárcere na vida destas mulheres albergadas é motivo para reflexão e estudo.

O Fórum Nacional “Enfrentando o Racismo Institucional para Promover a Saúde Integral da População Negra no SUS” realizado em 2012 representou o espaço de instituições como a SEPPIR, o UNAIDS, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Direitos Humanos, o UNFPA, UNICEF, ONU-Mulheres, OPAS, além de redes e organizações da sociedade civil. Este foi mais um passo importante na discussão da temática do racismo no Brasil e seus impactos nas condições de vida e saúde da população negra e parda. Ainda há muito a se fazer para assegurar a melhoria do acolhimento e da qualidade da assistência prestada, em especial para a população negra, que representa 67% dos usuários e usuárias do SUS. As conclusões e recomendações deste Fórum Nacional contribuíram para se pensar ações que tivessem a equidade como princípio balizador no atendimento da atenção e na promoção da saúde pública no Brasil.

No Boletim impresso do Instituto de Saúde, a médica e coordenadora do Grupo Temático em Gênero e Saúde da ABRASCO entre 2004 e 2008, Villela, apontou que tomar gênero como categoria analítica para a compreensão das diferenças do processo saúde-doença é um caminho trabalhado com frequência por diferentes pesquisadores do campo da saúde coletiva e com resultados significativos. No entanto, a tradução destes resultados em ações programáticas no campo da saúde, tem sido buscada para além de sua simples utilização como uma categoria teórica abstrata na organização de ações práticas e, na visão de Villela (2020), é um desafio do SUS estimular os esforços desse tipo de reflexão nos profissionais de saúde. Apontar que o gênero não está referido a mulheres, unicamente, mas nas relações sociais que deixam as mulheres em desvantagem expondo-as a riscos desnecessário

a saúde é uma missão de pesquisadores (as), gestores (as) e da sociedade civil como um todo na produção de informações que facilitem o reconhecimento dessas interações entre desigualdade de gênero e processo saúde-doença.

Os estudos acima nos mostram como a saúde da mulher e da população negra é um campo rico para pesquisas e reflexões tanto na área da saúde coletiva e saúde das populações como, também, para investigações na área das políticas públicas que visem apontar caminhos para a efetiva implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na perspectiva da saúde da mulher negra.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1.ed. São Paulo: Pólen, 2018.

ALFAIA, Carmelita da Cunha. **Violência contra a mulher negra: efeitos sobre suas relações socioeconômicas e afetivas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ALMEIDA, Maria Vilma Bonifácio de. **Caminhos da Política Nacional de Saúde da população negra: ideias, atores, interesses e institucionalidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araujo. **Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000400016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988.

BRAVO, M. I. S. (Org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA, Miraci dos Santos. **Análise da implantação da política de saúde da população negra no estado de Sergipe**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 448-457, Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342004000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000400011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, pág. 133-151, abr. de 2012.

FÓRUM ENFRENTANDO O RACISMO INSTITUCIONAL PARA PROMOVER SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO SUS, 2012, Brasília, DF. Relatório final sobre o fórum “enfrentando o racismo institucional para promover saúde integral da população negra no SUS”. Brasília, DF, 2012, p. 21-24. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio\\_forum\\_enfrentamento\\_racismo.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio_forum_enfrentamento_racismo.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRY, P. H. O significado da anemia falciforme no contexto da “política racial” do governo Brasileiro 1995-2004. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 374-70, maio-ago. 2005.

FRY, Peter H. et al. AIDS tem cor ou raça? Interpretação de dados e formulação de políticas de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 497-507, mar. 2007.

MAHER, Cristina Machado. **Nem tudo é estar fora: o movimento de mulheres negras e as articulações entre saúde e raça**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 419-446, ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MONTEIRO, Rosana Batista. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 524-534, set. 2016.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. SOUZA, Patrícia Cristina Santana de. Para ficar em casa é preciso ter casa: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 97-112, jul./out. 2020.

RISCADO, Jorge Luís de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de; BRITO, Ângela Maria Benedita Bahia de. Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 96-108, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902010000600010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000600010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RODRIGUES, Adriana Severo. Raça, gênero e sistema prisional: relato de experiências com mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semi-aberto. **Revista África e Africanidades**, Goiânia, ano 1, n. 3, nov. 2008.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cadernos Saúde Pública**, 2016. Disponível em: <[www.ensp.fiocruz.br/csp](http://www.ensp.fiocruz.br/csp)>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SANTOS, Naila Janilde Seabra. Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/aids. **Saúde e Sociedade**, 2016, vol.25, n.3, p.602-618.

SILVA, Leonice de Jesus; SOUZAS, Raquel. (Re) existência “Margarida” - mulher negra quilombola: identidade, religiosidade e o poder de cura na Chapada da Diamantina – BA. **ODEERE**, Jequié, v. 4, n. 7, jan./jun. de 2019.

SILVA, Natália Pereira da. **Femicídio**: Uma Análise Constitucional dos Fatores Sociais da Violência Contra Mulheres Negras no Brasil. Conteúdo Jurídico, Brasília, 2019. Disponível em: <[https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/53720/femicidio-uma-anlise-constitucional-dos-fatores-sociais-da-violencia-contra-mulheres-negras-no-brasil](https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/53720/femicidio-uma-analise-constitucional-dos-fatores-sociais-da-violencia-contra-mulheres-negras-no-brasil)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

TAVARES, Helen Hana Fernandes Florianópolis et al. Análise e perspectiva sobre a formação do profissional de saúde para o atendimento à mulher negra. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p.19-28, abr. de 2018.

VARGA, István van Deursen. "Racialização" das políticas de saúde? (Nota sobre as políticas de saúde para as populações negra e indígena). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 178-181, ago. 2007.

VARGA, István van Deursen; CARDOSO, Raimundo Luís Silva. Controle da hipertensão arterial sistêmica na população negra no Maranhão: problemas e desafios. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 664-671, set. 2016.

VIEGAS, Deuzilene Pedra; VARGA, István van Deursen. Promoção à saúde da mulher negra no povoado Castelo, Município de Alcântara, Maranhão, Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 619-630, 2016.

WERNECK, Juerema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

### SOBRE AS AUTORAS

#### **Soraya Mendes R. Adorno**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde e Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: [sorayaadorno@uesb.edu.br](mailto:sorayaadorno@uesb.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2603-7712>

**Ana Angélica Leal Barbosa**

Docente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: aabarbosa@uesb.edu.b

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3877734201820260>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0370-202X>

**Alba Benemérita Alves Vilela**

Docente do Programa de Pós-graduação em Saúde e Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: abavilela@uesb.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4515220905572869>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1187-0437>

Recebido em: dia de mês de ano

Aprovado em: (O editor preenche a data de aprovação, se for o caso)

Publicado em: (O editor preenche a data de publicação se for o caso)

Recebido em: dia de mês de ano

Aprovado em: (O editor preenche a data de aprovação, se for o caso)

Publicado em: (O editor preenche a data de publicação se for o caso)